



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007180-16.2014.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato**  
 Requerente: **Anilda Aparecida da Silva**  
 Requerido: **Banco Itaucard S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

ANILDA APARECIDA DA SILVA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Ordinário em face de Banco Itaucard S/A, alegando que em 27/09/2011 firmou com a ré contrato de Financiamento no valor de R\$ 19.000,00, para pagamento em 48 parcelas de R\$ 725,91, o qual estaria eivado de ilicitudes, inicialmente por entender que a Medida Provisória nº 1.963/2000 seja inaplicável, porquanto imoral, mesmo diante, do artigo 2º da Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/01, que supostamente daria amparo à sua prorrogação, até porque a constitucionalidade dessa medida provisória já estaria "sub judice", e enquanto pendente de julgamento nenhuma forma de capitalização é devida, o que tornaria a prática de capitalização dos juros vedada nos contratos em discussão, por força do disposto no art. 4º e art. 11 do Decreto nº 22.626/33 e Súmula 121 do E. Supremo Tribunal Federal, a seu ver não revogada pela Súmula 596 da mesma E. Corte, não sendo admissível sequer a utilização da Tabela *Price* como método de amortização, por importar capitalização, passando a impugnar a utilização cumulada da comissão de permanência com correção monetária (Súmula nº 30) ou com juros remuneratórios (Súmula nº 296), de modo a que a taxa de juros pactuada deva valer inclusive para o período de mora, além da correção monetária pelos índices oficiais de inflação, pretendendo, dessa forma, sejam afastadas essas cláusulas ilegais e abusivas, com apuração de valores em sede de liquidação de sentença, e na eventualidade de remanescer saldo em seu benefício após a compensação dos valores pagos indevidamente, seja o réu condenado à repetição do indébito, na forma prevista no art. 24 do Código de Defesa do Consumidor, afastando a caracterização da mora até final solução desta ação, e diante da presunção de boa-fé, seja o veículo mantido na sua posse, na forma de depósito.

O réu contestou o pedido sustentando inépcia da petição inicial porquanto não observado o disposto no art. 285B do Código de Processo Civil, no sentido de que haja indicação precisa do valor que o autor entende incontroverso, sob pena de extinção, aduzindo, no mérito, a não abusividade dos juros remuneratórios pactuados, nos termos do que regula a Súmula 596 Supremo Tribunal Federal e Súmula 382 do Superior Tribunal de Justiça, destacando que a capitalização foi regularmente prevista pela cláusula 11.4 e Subitem 3.10.3 do contrato, tratando-se de discussão superada desde a edição da Medida Provisória nº 1.963-17/2000, de 30/03/2000, que a admite; em relação à comissão de permanência, afirma não tenha esse encargo sido sequer contratado, limitando-se a cobrar os encargos moratórios previstos no contrato, conforme cláusula 17, acrescidos de 1% ao mês a título de juros moratórios, somente, tendo havido pacto para multa contratual, conforme cláusula 17.1 do contrato, estabelecida em 2%, de modo a concluir pela improcedência da ação.

O autor replicou reafirmando as teses da inicial.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

É o relatório.

Decido.

Não há inépcia da inicial, porquanto o disposto no art. 285B do Código de Processo Civil venha sendo interpretado no sentido de não vir a implicar em ônus excessivo ao consumidor: *“AÇÃO REVISIONAL - Contrato de financiamento para aquisição de veículo automotor - Indeferimento da inicial, nos termos do art. 285-B, CPC - Impossibilidade - Ônus excessivo ao consumidor diante da complexidade dos cálculos a serem apresentados - Extinção afastada - Recurso provido”* (cf. Ap. nº 3003207-10.2013.8.26.0063 - 19ª Câmara de Direito Privado TJSP - 15/12/2014 <sup>1</sup>).

No mérito, a pretensão de ver limitados os juros é tema já pacificamente resolvido: *“A Súmula Vinculante nº 07, em dezembro de 2008, decidiu definitivamente a questão, não sendo mais cabível, portanto, qualquer discussão sobre eventual limitação legal para os juros a serem cobrados pelo banco”*, e não obstante referida Súmula tenha sido editada em data posterior à data do contrato em análise, *“tem inteira aplicação, ante o fato de que não possui a mesma natureza que a “Lei”, sendo inaplicável à Súmula, o princípio da irretroatividade”* (cf. Ap. nº 9083073-38.2005.8.26.0000 - 24ª Câmara de Direito Privado TJSP - 05/05/2011 <sup>2</sup>).

A propósito, é o seguinte, o teor da referida Súmula: *“a norma do §3º do artigo 192 da constituição, revogada pela emenda constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar”*.

No que diz respeito à capitalização desses juros, o que cumpre considerar é que o contrato em discussão, conforme descrito na inicial e que pode ser conferido no documento de fls. 133, foi pactuado para pagamento em 48 parcelas de valor igual de R\$ 725,91, circunstâncias em que, segundo entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, é impossível se falar em capitalização de juros ou cobrança de juros sobre juros (anatocismo), atento a que, *“no contrato de financiamento, com previsão de pagamento em parcelas fixas e pré-fixadas, não existe capitalização de juros”*(cf. Ap. nº 0184777-34.2011.8.26.0100 - 20ª Câmara de Direito Privado TJSP - 08/04/2013 <sup>3</sup>).

E assim é porque *“em tal modalidade de contrato os juros são calculados e pagos mensalmente na sua totalidade, de modo que não sobram juros para serem acumulados ao saldo devedor, para, em período seguinte, serem novamente calculados sobre o total da dívida”* (cf. Ap. nº 0002143-73.2010.8.26.0369 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 27/06/2012 <sup>4</sup>).

E tampouco há se pretender vício pela utilização da tabela *price*, a propósito do que igualmente vem decidindo o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: *“A Tabela Price não compreende anatocismo”* (cf. Ap. nº 0046288-44.2011.8.26.0576 - 21ª Câmara de Direito Privado TJSP - 06/06/2012 <sup>5</sup>).

Em resumo, não há vício ou ilegalidade alguma na utilização da taxa de juros pactuada, e, inexistindo capitalização na modalidade de contrato firmado, tampouco contagem de juros sobre juros.

Em relação à comissão de permanência, o que se verifica da leitura do contrato é que o banco réu tem toda razão: o encargo não foi pactuado, estabelecendo as partes que, para eventualidade da mora ou inadimplência, o autor pagaria os *juros contratados*, *“acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês”*, apenas (vide cláusula 17., fls. 135), além da multa contratual de

<sup>1</sup> [www.esaj.tjsp.jus.br](http://www.esaj.tjsp.jus.br).

<sup>2</sup> [www.esaj.tjsp.jus.br](http://www.esaj.tjsp.jus.br).

<sup>3</sup> [www.esaj.tjsp.jus.br](http://www.esaj.tjsp.jus.br).

<sup>4</sup> [www.esaj.tjsp.jus.br](http://www.esaj.tjsp.jus.br).

<sup>5</sup> [www.esaj.tjsp.jus.br](http://www.esaj.tjsp.jus.br).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**5ª VARA CÍVEL**

**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

2% (cláusula 17.1, loc. cit.).

Aqui, portanto, cabe aplicado o entendimento segundo o qual “*insurgindo-se quanto ao excesso dos encargos contratuais, se deveria proceder à demonstração das cobranças que reputaram indevidas, cotejando as cláusulas do contrato com a lei e indicando as respectivas violações*” (Ap. C. nº 496.527-5 - Quarta Câmara Primeiro TACSP – v. u. - LUIZ SABBATO, relator), pois a “*alegação genérica de que houve capitalização de juros e cumulação de correção monetária com a comissão de permanência, desprovida de qualquer especificação, ofende o princípio do contraditório*” (Ap. n. 816.099-0, da Comarca de Birigüi, Quarta Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada Civil, por votação unânime, J. B. FRANCO DE GODOI, Relator<sup>6</sup>).

Mesmo a jurisprudência mais recente não alterou tal entendimento: “*Alegação de ilegalidade da cobrança de "encargos e tarifas administrativas". Alegações genéricas. Inadmissibilidade. Ausência de impugnação específica*” (cf. Ap. nº 0055766-95.2011.8.26.0602 - 36ª Câmara de Direito Privado TJSP - 16/05/2013<sup>7</sup>)

A ação é, portanto, improcedente, cumprindo ao autor arcar com o pagamento das despesa processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação, em consequência do que CONDENO o autor ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

P. R. I.

São Carlos, 30 de janeiro de 2015.

**VILSON PALARO JÚNIOR**

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

<sup>6</sup> LEX - JTACSP - Volume 189 - Página 251

<sup>7</sup> www.esaj.tjsp.jus.br.